

Parlamentares vão poder opinar sobre dívida

BRASÍLIA — Executivo e Legislativo estabelecerão, neste final de governo, contatos mais estreitos para que os parlamentares participem mais ativamente no processo de renegociação da dívida externa, inclusive na elaboração de leis que asseguram maior legitimidade às negociações. Essa estratégia foi articulada ontem em reunião dos membros da Comissão de Relações Exteriores com os negociadores brasileiros — Sérgio Amaral (Ministério da Fazenda) e Armim Lore (Banco Central) —, quando informaram aos deputados que o Brasil não pagará os US\$ 1,65 bilhão dos juros que vencem hoje e tentará a capitalização das parcelas em atraso ao principal da dívida externa.

A reunião de Lore e Sérgio Amaral

com os deputados foi reservada e girou, segundo Irajá Rodrigues (PMDB-RS), sobre o processo de negociação da dívida e a tendência do Congresso em aceitar a tese da suspensão dos pagamentos. Os argumentos “é que são diferentes”, comentou Irajá Rodrigues, que apresentou um projeto à Comissão de Auditoria em fevereiro passado defendendo a suspensão dos pagamentos até que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue a legitimidade ou não dos contratos assinados em governos passados e pelo presidente José Sarney.

Na sua avaliação e na do deputado Bocaiúva Cunha (PDT-RJ), no momento, não há outra alternativa que não a suspensão dos pagamentos. No entanto, enquanto o parlamentar gaúcho mantém

uma posição mais radical — com críticas severas às “aberrações” dos contratos assinados pelas autoridades —, o deputado carioca prefere uma posição de negociação com os banco credores. “É possível um entendimento”, acenou Bocaiúva Cunha, para quem a retomada das negociações com os bancos dependerá da existência de um acordo com o Fundo Monetário Internacinal. Irajá Rodrigues, por sua vez, bombardeia cláusulas dos contratos como a de que o Brasil abre mão da posição de questionar a nulidade dos contratos, ou mesmo a de que aceita que um juiz norte-americano decida por voto de minerva pendências jurídicas. Segundo ele, as discussões sobre a suspensão dos pagamentos motivará toda a sociedade, através de uma mobilização nacional.